



PARECER JURÍDICO Nº 15/2025/PGM/PMAC	
REFERÊNCIA	CONTRATO Nº 20240020 – INEXIGIBILIDADE Nº 211201/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2752324/2023/SEMAF/PMAC
INTERESSADO	Contratante: Fundo Municipal de Meio Ambiente Contratado(a): CAMILLA DE SOUSA ALVES.
ASSUNTO	2º Termo aditivo de acréscimo financeiro em 10%, do contrato nº 20240020, referente à contratação de serviços de analista ambiental para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Augusto Corrêa/PA.

DIREITO ADMINISTRATIVO. ADITIVO DE ACRÉSCIMO FINANCEIRO EM 10% DO CONTRATO Nº 20240020, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANALISTA AMBIENTAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE AUGUSTO CORRÊA/PA. PARECER PELA POSSIBILIDADE, DESDE QUE OBSERVADAS TODAS AS CONSIDERAÇÕES TECIDAS AO LONGO DO OPINATIVO.

1. RELATÓRIO

Por despacho da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Augusto Corrêa/PA, dando prosseguimento ao trâmite processual, foi encaminhado a esta Procuradoria Jurídica o presente processo para análise da possibilidade de aditivo de acréscimo financeiro do contrato nº 20240020, que tem como objeto a contratação de serviços de analista ambiental para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Augusto Corrêa/PA.

O Contrato em questão possui o valor total no importe de R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais).

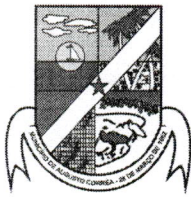
Quanto ao acréscimo, representa um aumento de 10% por cento, do valor original pactuado, portanto, dentro do limite previstos nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021.

Anexo ao presente processo de acréscimo as seguintes documentações: Ofício nº 171/2025 – que encaminha a SEMMA a justificativa técnica do termo aditivo.

Despacho SEMAF à Contabilidade requerendo resguardo da dotação orçamentária;

Despacho da Contabilidade informando haver dotação orçamentária;

Memorando SEMAF solicitando ao Prefeito autorização para o aditivo de valor;



Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira e Termo de Autorização assinado pelo Prefeito;

Recebimento da documentação e autuação do processo pela Comissão Permanente de Licitação;

Despacho da CPL a Procuradoria para manifestação acerca do termo aditivo.

É o breve relatório. Segue análise jurídica.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Saliente-se, inicialmente, que a presente análise está adstrita aos aspectos jurídicos que permeiam a solicitação objeto dos autos, estando ressalvados, desde logo, quaisquer aspectos técnicos, econômicos, financeiros e/ou orçamentários não abrangidos pela alçada desta Procuradoria.

Na análise dos autos entende-se que o objetivo principal do termo aditivo é o acréscimo financeiro de 10% do contrato, conforme a justificativa da Secretaria Municipal, a fim de se manter a continuidade dos serviços para atender a devida finalidade pública.

Assim sendo, no caso dos autos, propõe-se uma modificação do conteúdo original do contrato que se caracteriza como uma alteração unilateral de valores, isto é, acréscimo em 10%.

A Lei nº 14.133/2021, a teor de seu artigo 124, inciso I, alínea B, e artigo 125 prevê a possibilidade de a Administração Pública realizar em seus contratos, desde que, necessário a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei. Com efeito, preceitua o referido artigo, *in verbis*.

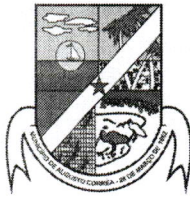
Art. 124. *Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

I - unilateralmente pela Administração:

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

Observasse que Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de aditivo de acréscimo, vejamos:

Art. 125. *Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de*



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ: 04.873.600/0001-15

reforma de edificio ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

No caso em tela, verifica-se que o presente aditivo de acréscimo dentro do limite previsto no inciso I, alínea B do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

3. CONCLUSÃO

Ressalta-se que o presente exame se limitou aos aspectos jurídicos da matéria proposta e de regularidade processual, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, financeiros ou que exijam exercício da discricionariedade administrativa ou de interpretação de conceitos jurídicos indeterminados dos órgãos competentes.

Ante o exposto, observada as recomendações acima citadas, opina esta Procuradoria pela possibilidade/viabilidade realização do aditivo de acréscimo requerido, referente ao contrato nº 20240020, caso tenha disponibilidade financeira para a realização do mesmo, uma vez que, a situação concreta está devidamente justificada, nos termos dos artigos 124, inciso I, alínea B e artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, este parecer possui caráter meramente opinativo, podendo o Gestor Municipal, entender de forma diversa para melhor atender o interesse público e as necessidades deste Poder Executivo.

É o parecer,
Salvo melhor juízo.
Augusto Corrêa/PA, 22 de janeiro de 2025.

Marcelo Cunha Vasconcelos
PROCURADOR - GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 010/2025 GAB/PREFEITO
GAB/PA Nº 30.395

MARCELO CUNHA VASCONCELOS
Procurador-Geral do Município

ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Mun. de Augusto Corrêa
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

RECEBI
EM: 23 / 01 / 2025
HORÁRIO: _____
Joanilde de Sousa
Responsável